

Rombo na esperança



» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

Existe um conto na literatura fantástica, do tipo Jorge Luis Borges, em que “um certo homem assalta um banco e corre para um cassino, onde joga todo o dinheiro roubado. Ao perder tudo que conseguiu com o assalto, decide vender o patrimônio do próprio dono do banco assaltado, com o argumento de que usará o dinheiro para salvar a instituição”. Parece confuso, mas é como ocorre na literatura fantástica. E no Distrito Federal essa literatura fantástica parece estar virando realidade.

O governo desviou bilhões de reais do Banco de Brasília, o BRB, um banco público e sólido, na tentativa de salvar o Banco Master, uma instituição privada, que oferecia juros de agiota, como se fosse um cassino. Como acontece com todo banco ou cassino sem credibilidade, ao perceberem os riscos, os apostadores se afastaram, e o banco-cassino, começava a dar sinais de que quebraria.

Diante do rombo na transparência que foi imposto pelo sigilo nas investigações, até hoje não se sabe a razão que levou àquela decisão:

vontade de ajudar um amigo banqueiro ou algum outro interesse escuso. Quando o Banco Central do Brasil impediu essa tentativa, o governo que depredou o Banco de Brasília apresentou a proposta de vender patrimônio de seus próprios donos, o povo do Distrito Federal, como forma de cobrir o rombo. Parece literatura fantástica, mas há maioria na Câmara Legislativa para aprovar a legislação que vai permitir cobrir um rombo com outro.

Mas, para conseguir os votos necessários, comete-se mais um rombo, nas finanças públicas: aumentar os gastos para empregar pessoas indicadas pelos deputados distritais.

Esse círculo vicioso de rombos provoca mais outro: a vergonha que a população do Distrito Federal passa diante do resto do Brasil. A culpa dessas sucessivas irresponsabilidades no uso do dinheiro e do patrimônio públicos é jogada na omissão dos líderes políticos, intelectuais, empresariais, e por ação espúria de seus deputados distritais. Essa vergonha não é medida em bilhões de reais, mas não é menos grave do que os outros rombos mencionados.

Para completar a fantasia tornada real, a população do Distrito Federal pode reeleger os deputados distritais que acobertaram os sucessivos rombos e eleger para novo cargo o responsável pelo primeiro rombo. Parece absurdo que eles votem para esconder um rombo arrombando mais. Também é absurda a hipótese de que, depois disso tudo, eles possam

ser reeleitos por eleitores que sabem que seus deputados distritais são arrombadores, mesmo com a patética desculpa de que arrombam o patrimônio do povo para dar recursos ao governo para salvar o banco arrombado pelo próprio governo.

Como toda literatura fantástica, seu enredo fica difícil de ser entendido. Por isso, é bom relembrar os rombos que os brasilienses estão sofrendo: no BRB para tentar salvar o Master; no patrimônio do Distrito Federal para salvar o Banco de Brasília; rombo na transparência pelo sigilo imposto às investigações; nas finanças do governo do Distrito Federal para comprar com cargos os votos dos deputados distritais; o rombo na dignidade da população do Distrito Federal, vista como conivente com essa sucessão de malfeitos; o rombo na democracia, ao eleger o responsável pelos rombos e ao reeleger os deputados do arrombamento.

Cada um desses rombos tem consequências negativas sobre as finanças e o patrimônio do povo do Distrito Federal, e o maior de todos é o rombo na democracia que mostra uma cara de ineficiência, irresponsabilidade, corrupção, desprezo à população e conivência dos eleitos e seus eleitores. Nossas crianças e os jovens pagarão esses rombos com sacrifícios nos serviços oferecidos pelo governo do Distrito Federal, mas, sobretudo, serão afetados pelo rombo na esperança: na credibilidade do processo de escolha de nossos dirigentes.



O Brasil não sabe quantos estão fora da escola



» CINARA LOBO
Servidora do Fundo Nacional de Educação, professora do mestrado profissional em políticas públicas da UFPE

Quantas crianças estão fora da escola? Qual seu perfil socioeconômico? Apesar da importância dessas informações para universalizar o acesso à educação, o Brasil ainda não dispõe de dados precisos para respondê-las. O monitoramento atual depende da PNAD Contínua, pesquisa amostral que permite apenas recortes territoriais — regiões, estados e áreas metropolitanas —, impossibilitando análises municipais ou por grupos específicos, como indígenas, quilombolas ou pessoas com deficiência. O Censo Escolar, por sua vez, registra apenas alunos matriculados, sem identificar quem está fora da escola.

A Lei Complementar nº 220/2025, que instituiu o Sistema Nacional de Educação (SNE), busca enfrentar essa lacuna com a criação da Infraestrutura Nacional de Dados da Educação (Inde). Um dos principais avanços é o Identificador Nacional Único do Estudante (Inue), baseado no CPF, de uso obrigatório em todas as bases administrativas da União, estados e municípios. A consolidação de dados cadastrais e escolares permitirá identificar quem está dentro ou fora da escola e acompanhar individualmente as trajetórias educacionais.

Com o Inue, o poder público terá acesso a indicadores precisos, reduzindo a dependência de

pesquisas amostrais ou de censos defasados. A falta de informações nominais prejudica o planejamento, a avaliação de políticas e a alocação eficiente de recursos. Hoje, programas como Dinheiro Direto na Escola, Alimentação Escolar e Transporte Escolar utilizam o número de matrículas do Censo Escolar para distribuição financeira — e não o número real de estudantes. Isso gera distorções orçamentárias, agravadas por inconsistências cadastrais, duplicidades e pelo fato de o Censo refletir dados do ano anterior. Essas discrepâncias afetam não só transferências federais, mas também estimativas de demanda por salas de aula, transporte e livros. No caso do Programa Nacional do Livro e do Material Didático, projeções equivocadas podem resultar em custos extras com compra e redistribuição de livros e materiais.

Outro avanço esperado é o acompanhamento da trajetória escolar. Atualmente, os censos da educação básica e superior não se comunicam de forma individualizada, impossibilitando rastrear, via CPF, se quem concluiu o ensino médio ingressou na universidade. Isso limita o monitoramento do indicador 13-A do Plano Nacional de Educação, que mede a taxa líquida de escolarização no ensino superior. O acompanhamento nominal é essencial para compreender causas do abandono e orientar políticas de permanência.

A Inde também permitirá cruzar dados educacionais com outras bases governamentais, aprimorando políticas de inclusão, como bolsas e ações afirmativas para grupos historicamente excluídos — indígenas, quilombolas e populações do campo. Além disso, criará uma base de dados consistente para facilitar a ação

complementar entre União, estados e municípios, integrando educação a programas suplementares de transporte, alimentação, saúde e assistência estudantil.

Apesar da relevância, a implantação de uma plataforma nacional de dados enfrenta desafios tecnológicos, culturais e políticos. A proteção de dados sensíveis de crianças e adolescentes, conforme a LGPD, exige protocolos rigorosos de anonimização, consentimento e governança. A integração de sistemas heterogêneos dos três níveis de governo — muitos deles obsoletos — requer investimentos robustos em infraestrutura digital, segurança da informação e capacitação de servidores. Será necessário definir padrões de interoperabilidade e oferecer apoio a municípios com menor capacidade tecnológica. Embora coordenada pelo MEC, a Inde dependerá do engajamento de estados e municípios para alimentar e auditar as informações. Diante dos desafios para implementar a plataforma, é importante que a sociedade acompanhe o tema e se mantenha atenta para garantir a efetiva aplicação da lei.

Garantir o direito à educação envolve não apenas ofertar vagas, mas assegurar que crianças e jovens frequentem a escola. Sem dados nominais, é impossível identificar motivos de evasão — financeiros, geográficos ou pedagógicos — e agir preventivamente. Diante de um orçamento educacional restrito e das desigualdades históricas, investir em governança e gestão eficiente é essencial. Saber quantos são os alunos, onde estão e quais suas condições permite planejar gastos de forma complementar entre os entes federados, reduzir desperdícios, monitorar trajetórias escolares e fortalecer a transparência na gestão educacional.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

O sigilo como biombo

Na tradição republicana, a publicidade dos atos do poder não é um detalhe administrativo, é o próprio fundamento da legitimidade. O que se faz em nome do público deve ser conhecido pelo público. Ainda assim, no Brasil, consolida-se um padrão inquietante: a ampliação de mecanismos de sigilo sobre gastos e condutas de autoridades frequentemente sob justificativas vagas de segurança institucional ou interesse estratégico. O resultado é uma inversão de princípios. O que deveria ser exceção torna-se regra, e o que deveria ser visível passa a ser ocultado.

Não é difícil compreender por que isso preocupa. O bem e a ética não dependem da sombra para existir. A virtude administrativa não necessita de compartimentos herméticos. Quando a opacidade se transforma em rotina, instala-se a suspeita de que o sigilo não protege o interesse público, mas resguarda o constrangimento de revelações incômodas. O paradoxo republicano do segredo não é uma criação inocente.

A república nasce da ideia de coisa pública. Sua lógica é a do escrutínio. O sigilo, por definição, restringe o olhar coletivo e limita a capacidade de controle social. Ele pode ser necessário em circunstâncias específicas e temporárias, mas torna-se contraditório quando aplicado a despesas ordinárias, decisões administrativas corriqueiras ou atos que envolvem recursos do contribuinte. A institucionalização de prazos extensos de confidencialidade, como sigilos prolongados sobre determinados gastos ou agendas oficiais, não apenas posterga o controle; ele o esvazia. O tempo, nesse contexto, funciona como instrumento de esquecimento. A informação chega tarde demais para produzir responsabilidade política ou jurídica. A opacidade prolongada não protege a estabilidade. Ela protege a impunidade.

A história administrativa demonstra uma regularidade: quanto maior a distância entre o ato público e a fiscalização pública, maior o risco de desvio. O segredo funciona como um amortecedor moral, pois reduz o custo reputacional imediato de decisões questionáveis e dilui a possibilidade de reação social. Quando despesas, contratos ou deslocamentos oficiais são retratados do alcance dos olhos dos contribuintes, cria-se um ambiente propício à despadronização de controles, com os critérios tornando-se flexíveis e casuísticos. Nessas condições, a administração deixa de ser apenas ineficiente; ela se torna estruturalmente vulnerável. O custo democrático do segredo é alto e impreciso. O dano provocado pelo sigilo não é apenas financeiro. Ele atinge a própria arquitetura da confiança pública. A transparência permite que o cidadão compreenda não apenas quanto se gasta, mas a razão dos investimentos. Sem essa mediação, a autoridade se distancia da sociedade e o poder perde seu caráter justificável.

A infiltração oportunista passa a ser a regra geral. Ambientes institucionais cobertos de névoa tornam-se mais permeáveis a influências indevidas. A fragilidade de controles e a rarefação de fiscalização pública ampliam o espaço para interesses paralelos e redes informais de poder. Não se trata de um evento abrupto, mas de um processo incremental: pequenas concessões de opacidade que, somadas, abrem portas a práticas cada vez mais difíceis de rastrear. A presença de mecanismos robustos de publicidade não elimina o risco de desvio, mas eleva o custo de sua prática. O sigilo permanente, ao contrário, reduz esse custo e aumenta a previsibilidade da impunidade.

Em democracias maduras, despesas de autoridades são objeto de prestação de contas contínua: relatórios periódicos, justificativas documentadas, auditorias independentes e acesso público a dados essenciais. Quando essas etapas são suprimidas ou adiadas por longos períodos de confidencialidade, o controle deixa de ser preventivo e torna-se meramente histórico. Se isso ocorrer, o prejuízo é duplo. Primeiro, porque a sociedade não pode avaliar a razoabilidade do gasto no tempo em que ele produz efeitos. Segundo, porque a responsabilização, quando possível, perde eficácia pedagógica.

O aspecto mais preocupante não é a existência pontual de segredo, mas sua transformação em cultura. Quando a administração passa a operar sob a presunção de que a publicidade é um risco, e não um dever, inverte-se o vetor republicano. A exceção torna-se hábito; o hábito, norma; e a norma, tradição. Não se engane. Esse tipo de cultura produz efeitos sistêmicos e de longo prazo. O enfraquecimento de órgãos de controle é o primeiro efeito. Vem ainda a redução da qualidade do gasto público, com o aumento do custo de conformidade para quem atua corretamente.

Num Estado, o que não são luzes são trevas. Em regimes de baixa transparência, o que se vê não é apenas a falta de informação, mas a forma que o poder assume quando não precisa prestar contas. É uma paisagem de contornos distópicos e duros. O que temos em nosso caso é o claro do discurso público e o escuro das práticas resguardadas. E, como em uma fotografia hiper-realista, o contraste excessivo não embeleza, pelo contrário, ele evidencia nosso drama. A ética pública repousa sobre um princípio elementar: quem administra recursos coletivos deve explicá-los ao coletivo.

» A frase que foi pronunciada

“A Europa foi criada pela história.
A América foi criada pela filosofia.”

Margaret Thatcher

» História de Brasília

Causou estranheza na Novacap a presença do cel. Barlem e do dr. Bessa examinando processos relacionados com o inquérito. É que os dois membros da comissão estiveram na Novacap sem que o dr. Waldir Santos, outro membro da comissão, tivesse conhecimento do assunto. (Publicada em 16/5/1962)